



Uma estética pela ausência: *Azul corvo* e *O inventário das coisas ausentes*

An Aesthetics of Absence: Azul corvo and O inventário das coisas ausentes

Marlise Buchweitz

Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas,
<https://orcid.org/0000-0003-3581-9465>, marlisebuchweitz@gmail.com

Aulus Mandagará Martins

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, <https://orcid.org/0000-0002-0590-1890>, aulus.mm@gmail.com

Recebido em: 21/09/2024 / **Aceito em:** 21/12/2024

DOI: 10.12660/rm.v16n26.2024.92104

Resumo

Pensamos sobre a literatura como uma força social e política de memória, contra esquecimentos e retorno de tempos de vulnerabilidade, e analisamos duas narrativas escritas por um filho e uma filha da ditadura militar brasileira, *Azul corvo* (2010), de Adriana Lisboa, e *O inventário das coisas ausentes* (2014), de Carola Saavedra. A literatura produzida no século XXI pelos filhos da ditadura militar brasileira (1964-1985) é compreendida, por pesquisadores como Ilana Heineberg (2020), como uma estética dos filhos, pois o texto é formado, muitas vezes, a partir de excertos, memórias fragmentadas e relatos testemunhais de ausências. Nossa reflexão contribui para discutir sobre uma escrita que se molda a partir de silenciamentos, lacunas, faltas e lembranças incompletas.

Palavras-chave: Literatura; Ditadura militar; Estética dos filhos.

Abstract

We consider literature as a social and political force of memory, against forgetfulness and a return to times of vulnerability, and we analyze two narratives written by a son and a daughter of the Brazilian military dictatorship, *Azul corvo* (2010), by Adriana Lisboa, and *O inventário das coisas ausentes* (2014), by Carola Saavedra. The literature produced in the 21st century by the children of the dictatorship is classified, by researchers like Ilana Heineberg (2020) as the aesthetics of the children, because the text is often made from excerpts, fragmented memories and testimonial accounts of absences. Our reflection contributes to discussing a writing that is shaped by silences, gaps, absences and incomplete memories.

Keywords: Literature; Dictatorship; Aesthetics of the children.

Introdução

Pensar sobre as diversas possibilidades de leitura crítica dos romances publicados após os anos 2000 sobre a temática da ditadura, ou que envolvem eventos deste nosso momento histórico, contribui como um ato de resistência e amplia as possibilidades de alcance das narrativas. Assim, olhar para a escrita atual de diferentes autores – que são filhos de uma geração que esteve envolvida com os movimentos estudantis contra o regime militar opressor vivido no Brasil de 1964 a 1985 – é também pensar em contribuir para a discussão sobre uma pós-memória da ditadura militar brasileira e uma estética dos filhos. Para realizar tal movimento é necessário compreender a materialidade do texto, sua forma e a disposição do que está dito em relação ao vivido pelos personagens. A organização das lembranças e dos fatos transmitidos de uma geração a outra perpassa pela constatação de que, muitas vezes, não houve esta transmissão de experiências, mas precisou haver busca por elementos palpáveis em notícias de jornais, em narrações “mal contadas” ou permeadas de silenciamentos – por parte de avós ou outros parentes –, e até procura por rastros, vestígios e resquícios do que poderia ter sido.

A ausência material do sujeito desaparecido durante períodos de opressão, como a ditadura militar, provoca uma ruptura no fluxo natural da movimentação social e na vida de uma criança, muitas vezes revelando-se como trauma. Assim, nesta análise, fala-se da ditadura como o trauma da nação, e se olha para o trauma que cada filho e filha carrega como um peso mesmo, do qual é praticamente impossível se desvencilhar.

Considerando estas premissas, analisamos então um tipo de escrita desta geração de filhos, datada a partir dos anos 2000, que contribui para uma vasta produção literária do período ditatorial brasileiro. Essa escrita apresenta uma organização que difere daquela de autores protagonistas dos eventos do regime opressor, e constitui uma estética no próprio formato do texto, no tema das narrativas – que permeia a busca por uma identidade pessoal a partir da falta de um pai ou uma mãe –, e na compilação de memórias em fragmentos. A experiência dos filhos se constitui a partir de memórias herdadas ou silenciadas, podendo-se indagar de que forma o trauma pós-ditatorial – que não é o mesmo da geração anterior – atua sobre a linguagem nessas narrativas que diferentes autores denominam como uma estética dos filhos (Heineberg, 2020).

A pesquisadora Ilana Heineberg (2020), analisa a questão da estética dos filhos no corpus literário composto pelos textos: *A chave de casa*, de Tatiana Salem Levy (2007); *Mar azul*, de Paloma Vidal (2012); *A resistência*, de Julián Fuks (2015); e *Rio-Paris-Rio*, de Luciana Hidalgo (2016). As lacunas são parte constituinte destas narrativas porque evidenciam a ausência da memória e do conhecimento sobre os fatos reais que a geração anterior viveu. Neste sentido, esta análise amplia o olhar para outros dois romances – *O inventário das coisas ausentes* (2014), de Carola Saavedra; e *Azul corvo* (2010), de Adriana Lisboa – e contribui para pensar a construção de uma categoria literária que se consolida a partir de uma produção escrita contínua. A escolha por estas obras está relacionada à época de publicação: uma anterior à instituição de comissões de verdade para contar a versão das vítimas da ditadura; e outra, após a Lei 12.528/2011, que criava a Comissão Nacional da Verdade (CNV), e coincidindo com a divulgação do livro *Infância Roubada*, que é o dossiê dos testemunhos das crianças atingidas pela ditadura militar brasileira.

Podemos mencionar que a pesquisadora Regina Dalcastagnè (Redação – Revista Úrsula, 2022) elaborou para a Revista Úrsula uma lista com os “livros pertinentes ao período em que o Brasil viveu sob a ditadura civil-militar iniciada em 1º de abril de 1964” e contabilizou 107 obras. Destas, 65 obras são datadas a partir dos anos 2000, sendo o inicial da década *Diário do farol* (2002), João Ubaldo Ribeiro, e o mais recente *Elefantes no céu de Piedade* (2022), de Fernando Molica. A lista compreende desde escritores que viveram de forma mais direta a ditadura, como João Ubaldo Ribeiro, os quais escreveram sobre suas próprias lembranças do regime e publicaram textos a partir do final dos anos 1960, até autores mais recentes, que são parte da segunda geração – diretamente afetados pelo trauma transgeracional – ou não. Esta lista carece de atualização – por exemplo, foi publicado por Ana Cristina Braga Martes o romance *Sobre o que não falamos*, em 2023 –, porém é importante para mostrar que as memórias estão sendo construídas, mais do que nunca, sobre as dores e as vivências traumáticas da ditadura. Há um trauma na sociedade brasileira e falar sobre ele é uma possibilidade de elaborá-lo, talvez expiá-lo.

Quanto às lacunas, vale reiterar que sua presença não está só no texto, mas na própria identidade desses filhos, de modo que os eventos traumáticos e de horror – sabidos a partir de textos das mais diferentes áreas do conhecimento – vividos por muitos brasileiros, como a prisão, a tortura, o cárcere privado, o desaparecimento e a morte, não são indizíveis para estes sujeitos de agora, diferentemente de quem viveu

na pele o episódio e, muitas vezes, não consegue falar sobre. Falar de presença de lacuna é um paradoxo quando se discute a ausência da memória e do conhecimento sobre o fato, mas pensar esta literatura pós-memorial é também apontar os paradoxos entre presença e ausência, memória e esquecimento.

Ratificamos a importância destas narrativas neste momento histórico em que o Brasil vive a dualidade de posicionamentos políticos, em que apoiadores da direita creem que se vive uma ditadura da esquerda, e apoiadores da esquerda creem numa nova ditadura da direita, com o exemplo da experiência do governo de extrema-direita nos anos de 2019 a 2022. Também, mencionamos as ações em prol de uma documentação dos fatos e uma busca pela verdade – de encontro à lei de anistia e ao perdão aos torturadores – com a gestão do governo de Dilma Rousseff, primeira e única presidenta que o país teve, e ainda vítima do regime militar vigente de 1964 a 1985. É a existência destes movimentos que justifica a pesquisa, e são eles que impulsionaram os testemunhos e a busca por eles, permitindo a emergência dos relatos das vítimas, de todos os cantos do país e das mais diversas situações vivenciadas durante a ditadura.

Ainda que a ideia tangencie o que estamos dizendo neste momento, é possível trazer a prerrogativa do crítico literário Márcio Seligmann-Silva (2022) em relação ao “que resta do testemunho”, expressão que o autor recupera do filósofo Jean-François Lyotard e do filósofo e crítico literário Marc Nichanian para falar de uma leitura do evento traumático a partir de suas ruínas. “Daí Nichanian falar de uma necessidade e, eu diria, de uma urgência de pensar uma nova **poética do testemunho**, a saber, uma virada testemunhal do saber histórico” (Seligmann-Silva, 2022, p. 173 – grifo do autor). A perspectiva de Seligmann-Silva (2022) está na lógica de pensar a história desde todos os sujeitos, independentemente de sua posição social, o que vai ao encontro do apelo de Benjamin para que se conceba a história do ponto de vista das vítimas – de todas as vítimas (Löwy, 2005, p. 173).

Neste sentido, contextualizar a discussão sobre as ruínas do testemunho serve também para discutir sobre a literatura pelo viés dos filhos de sujeitos que viveram um momento histórico de “vulnerabilidade” (Heineberg, 2020), e tiveram seus vestígios silenciados muitas vezes – pela incomunicabilidade com a família durante as ações contra o regime militar, o que poderia colocar vidas em risco; pelo desaparecimento de presos políticos do regime; pela inviabilidade de fala, quando não há mais o sujeito do testemunho; pelo silenciamento em razão do trauma e do medo

– e até apagados. Seligmann-Silva (2022, p. 175) destaca sobre a era dos testemunhos, apontando para uma “nova visão histórica” dos eventos catastróficos, que não permite a noção “[...] de que tudo continua na mesma normalidade após a catástrofe. Na era pós-catástrofe, a linguagem, a verdade e a historiografia devem ser reinventadas”. É justamente porque não há normalidade que possa ser continuada para os filhos e filhas de mães e pais desaparecidos ou presos durante a ditadura militar que seus testemunhos e as ruínas do que ficou nas suas memórias interessa para direcionar um novo olhar e outro saber para a história de uma vivência traumática.

Um filho e uma filha olham para suas histórias: *O inventário das coisas ausentes* e *Azul corvo*

Por um lado, tem-se a ideia de que as leis de anistia provocaram uma memória impedida, como aponta Heineberg (2020) a partir da leitura de Paul Ricoeur (2000), e, por outro, com base no conceito de pós-memória cunhado pela comparatista Marianne Hirsch, nos anos 1990 (*apud* Heineberg, 2020), entende-se que há um trauma transgeracional e que as histórias dos sujeitos de uma geração a outra estão conectadas a partir de eventos de vivência de trauma. As pesquisadoras Teresa Basile e Cecilia González (2022, p. 7) apontam para “[...] uma vasta produção cultural – literária, plástica, musical, teatral, monumental, cinematográfica, histórica, performática – que se amplia, desde o final dos anos 90”, para continuar contando as histórias das vozes de quem vive as violências de massa “e expor uma exigência por justiça”¹.

Neste sentido, ainda que tenham havido silenciamentos por conta da lei de anistia (lei nº 6.683, de agosto de 1979) e uma memória impedida para aqueles que viveram os horrores do regime ditatorial – pelo medo de falar, pelo trauma que não permite a revisitação dele, ou pela sensação de impotência frente ao perdão dos torturadores –, percebe-se a contrapartida das narrativas e das diferentes manifestações culturais que deixam registradas as vozes de quem viveu o trauma, mas, mais recentemente e mais intensamente, daqueles que foram diretamente

¹ Texto original: Una profusa producción cultural – literaria, plástica, museística, teatral, monumental, cinematográfica, historietística, performática – toma el relevo, desde finales de los 90, para seguir contándolas y exponer una exigencia de justicia.

afetados pela dor da geração anterior, os filhos e filhas de sujeitos que foram presos, torturados, mortos e desaparecidos. Hirsch (*apud* Heineberg, 2020, p. 17) olha para sua própria histórica conectada com o Holocausto –trauma de seus antepassados – e destaca outros exemplos, como “[...] a escravidão africana no continente americano, a guerra do Vietnã, o Apartheid na África do Sul, o genocídio em Ruanda e as ditaduras latino-americanas”, entendendo a pós-memória como a representação, pelas gerações seguintes, desta vivência traumática.

Assim, falar de pós-memória diz respeito à descrição da “[...] relação que a ‘geração seguinte’ mantém com o trauma cultural, coletivo e pessoal vivido por aqueles que a precederam”; são “[...] experiências das quais essa geração só pode se ‘lembrar’ através das histórias, imagens e comportamentos em meio aos quais ela cresceu”, porém, a força da transmissão das experiências é “tão profunda e afetiva que parecem constituir sua própria memória” (Hirsch, 2012 *apud* Heineberg, 2020, p. 17). A conexão da geração dos filhos, portanto, com as vivências dos pais durante a ditadura militar brasileira, remete à sua própria história e lembranças, de modo que a perspectiva da geração seguinte também será a partir do que **sentiu na pele**, ainda que numa proporção diferente da sensação experienciada pelo sujeito preso, torturado ou morto.

Heineberg (2020, p. 18) destaca as narrativas pós-memoriais como autorreflexivas, em que “[...] os seus narradores e personagens muitas vezes se confundem num só sujeito que rememora a herança memorial, seja ela verbal ou não, frequentemente constituindo-se apenas de silêncios”. A autora traz a categoria de estética dos filhos para denominar o conjunto de narrativas em que a experiência dos filhos é moldada a partir de memórias herdadas ou silenciadas (Heineberg, 2020). Em relação às convergências com teóricos de outros países latino-americanos, cita-se Teresa Basile, na Argentina, que usa a noção de narrativa dos filhos e literatura dos filhos (Basile; González, 2022), e o poeta chileno Alejandro Zambra, que também discute a noção de literatura dos filhos (Mascarenhas, 2021). Há, portanto, uma aproximação conceitual nos países latinos, como Argentina e Chile e também, no Uruguai (Wassmansdorf, 2020), potencializando a perspectiva de uma memória dos filhos da ditadura que contribui para que se possa pensar enquanto crítica literária nessa escrita sobre um trauma que é transgeracional.

O pesquisador e poeta Wilberth Salgueiro (2022) fala de “narrativas de dor, sofrimento, tristeza, ausência, impossibilidade de uma vida normal” em relação

àquelas dos filhos de presos políticos no Brasil, disponibilizadas no livro *Infância roubada – crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, lançado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, em 2014. Salgueiro não menciona sobre uma estética ou literatura dos filhos, nem considera diferentes romances da segunda geração da ditadura, mas o autor traz justamente a perspectiva de olhar para dois textos literários que têm na temática a relação entre pais e filhos. Assim, discute questões teóricas sobre trauma e memória, e analisa os “dois registros eminentemente literários do livro *Infância roubada*: o Poema “[*Eu gostaria hoje*]” de um pai preso, para a filha então com 8 anos; e o Conto “[*Anos Setenta*]” da filha, décadas depois, em que ela, ficcionalmente, de certo modo expurga algumas lembranças traumáticas que a acompanhavam desde criança” (Salgueiro, 2022, p. 300).

Em sua reflexão sobre o trauma, Salgueiro (2022, p. 301) destaca que

Sendo um passado que não passa, o trauma é, no entanto, atualizado a cada vez que, pela memória, vem à tona. Os traços nebulosos e lacunares do trauma ganham guarida no movimento da rememoração, também pleno de rasuras e incompletudes. O trauma rememorado se faz via linguagem, que tenta entender aquilo que, repetidamente, repele.

Justamente pela característica de traços nebulosos e lacunares nas lembranças traumáticas, filhos e filhas de pais presos durante o regime militar brasileiro – bem como de tantos outros tempos de vulnerabilidade vividos em nossa história – vivem a impossibilidade da continuidade de um cotidiano comum. Recorrendo aos preceitos do filósofo e sociólogo Theodor Adorno, Salgueiro (2022, p. 301) aponta que “[...] a arte pode elaborar, em sua forma, a grave e delicada relação entre trauma e memória, considerando que a arte constitui uma espécie de ‘historiografia inconsciente’ do sofrimento”. Neste sentido, a escrita pós-memorial da segunda geração da ditadura militar brasileira e a categorização dela como uma estética dos filhos se valida na discussão do trauma e dos estudos de memória.

Ao analisar o Poema do pai preso, Salgueiro (2022) aponta para a data da escrita, que é o aniversário da filha, como indicativo de um contraste entre a situação de prisão do pai e a alegria que um aniversário traz. Tem-se então um paradoxo entre o sentimento do pai, triste por sua condição e ao mesmo tempo feliz pela comemoração da filha, e o sentimento da filha, alternando entre ausência do sujeito e presença pela escrita. “O poema absorve e representa, pois, um gesto de dignidade,

de grandeza, de alguém que, na contracorrente do sistema repressivo ditatorial, procura resistir como pode. E a arte é uma dessas possibilidades.” (Salgueiro, 2022, p. 303).

O outro texto analisado por Salgueiro (2022) é um conto escrito pela filha Rosa Martinelli, que tenta elaborar a prisão do pai. Tem-se, então, “[...] o gesto de, adulta, a filha querer transformar em linguagem de ficção um acontecimento da vida real”, num movimento de recriação de um fato histórico na narrativa ficcional ao invés de “um testemunho clássico, um relato, um depoimento” (Salgueiro, 2022, p. 306).

A partir da discussão apontada por Salgueiro (2022) sobre uma perspectiva de análise alicerçada no livro *Infância Roubada*, desse olhar para o trauma e as escritas de filhos e filhas que foram diretamente impactados pelos eventos do regime militar, atentamos para uma análise dos romances *O inventário das coisas ausentes* e *Azul corvo*. Ainda que alguns críticos tenham pesquisado essas obras a partir de outros vieses, tais como diáspora, descolonização (Vivian, 2019), metaficção (Araújo, 2015), identidade e pertencimento (Reis, 2015), nesta análise discutimos sobre a estética dos filhos e a narrativa composta a partir de lacunas, ausências, traumas e lembranças possíveis.

O inventário das coisas ausentes é dividido em duas partes: “Caderno de Anotações” e “Ficção”. A primeira parte compreende excertos em que se conta a história de Nina, uma moça por quem o narrador se apaixona, mas que some de sua vida por 14 anos, deixando-lhe confiados os diários: leem-se, da página 09 até a 65, fragmentos dos momentos compartilhados entre Nina e o narrador, fragmentos dos diários de Nina – a partir da busca do narrador em compreendê-la por meio daquilo que ela escreveu sobre si e seus antepassados –, e trechos que são histórias de outras pessoas, as quais podem se cruzar com eventos que pertencem ao narrador ou não. É também nesta parte que o narrador está escrevendo um livro, sobre uma mulher-mãe, mas se leem apenas excertos, muitas vezes de cinco ou seis linhas, e mais se tem a questão da relação do narrador com um provável editor. Na segunda parte, o narrador aponta elementos de sua própria história e a relação com o pai, iniciando o relato pela visita à casa do pai depois de vinte e três anos, na idade de 46 anos. Esta parte compreende da página 71 até o final do livro, na página 122, e justamente ao ser intitulada “Ficção” remete a uma história não verdadeira, porém com uma força de narrativa tão impactante que, como leitores, apreendemos as sensações e os acontecimentos como realmente vividos por alguém – tanto pelo pai, vítima da

ditadura, quanto pelo filho, que sofreu diretamente os reflexos do trauma da geração anterior.

O rompimento do narrador com seu pai deu-se por não conseguir tolerar as atitudes dele, por não conseguir ser quem gostaria diante daquele pai severo, carrancudo, que desapareceu por um período durante a ditadura militar. No reencontro, percebe-se a dicotomia entre conseguir ser ele mesmo e colocar-se no lugar de subordinação ao pai que sempre o controlou:

Feche a porta. O menino fecha a porta lentamente, como se prolongar esse movimento pudesse adiar o que estava por vir. Sente, o homem aponta para a cadeira em frente à mesa [...]. O menino senta, balança as pernas sem perceber, cruza os braços. Sente direito, ele diz. Descruze os braços, endireite essa coluna. Você parece um balão murcho [...]. O menino não diz nada [...] (Saavedra, 2014, p. 73).

Por mais que tenham se passado vinte e três anos, o pai e o filho reproduzem mais uma vez o mesmo comportamento anterior. O trauma causado pela ditadura no comportamento desse pai, que é abandonado pela esposa, a qual não conseguiu mais conviver com ele, e depois pelo filho, perpetua uma forma de agir que retrocede ao tempo. O trauma da falta de afeto e de amor para esse filho congelou o tempo e não permitiu que ele pudesse criar uma identidade própria, sem as lacunas e as dores do passado. Romper com o passado não faz avançar a vida para esse filho: “O que você fez da sua vida?, o velho pergunta, eu não fiz nada, eu poderia responder, eu não amei, eu não tive filhos, eu não me tornei um homem bem-sucedido, eu nem ao menos tenho uma casa própria, eu poderia responder” (Saavedra, 2014, p. 80).

Neste sentido, pode-se pensar no que a escritora crítica literária argentina Beatriz Sarlo (2007, p. 9) aponta sobre o passado reprimido por uma “patologia psicológica, intelectual ou moral” que “[...] continua ali, longe e perto, espreitando o presente como a lembrança que irrompe quando menos se espera ou como a nuvem insidiosa que ronda o fato do qual não se quer ou não se pode lembrar”. A pesquisadora Aracele Araújo (2015, p. 82) também destaca, sobre *O inventário das coisas ausentes*, a narrativa de “[...] desaparecimentos; o silenciamento ou o não conseguir falar. Traumas. Conforme vimos, as tensões entre vida e política, indivíduo e poder perpassam todas as relações humanas e o texto”. São essas questões difíceis que compõem o passado apontado por Sarlo (2007) e que nunca deixam de estar ali, à espreita para se manifestarem em presença.

O pai do narrador:

[...] era apenas um estudante de economia, [...] família do interior, família muito pobre, ganhara uma bolsa na faculdade por ter se destacado nos estudos, [...] e seus sonhos se restringiam a literatura e revolução, meu pai escrevia poemas, poemas revolucionários (Saavedra, 2014, p. 94).

Antes de contar isso ao leitor, o narrador reproduz uma fala do pai, em que ele fala sobre a morte:

Você não sabe o que é a morte, o que é chegar muito perto da morte, tê-la ao seu lado, dentro de você, mas eu sei, e não desta morte agora, esta morte do dia a dia, eu me refiro à outra, àquela que escava, que invade, que se aprofunda no corpo, a morte agarrada ao corpo, feito um polvo, a morte e seus tentáculos de polvo, suas ventosas (Saavedra, 2014, p. 85).

Atentando para a paginação das duas referências – sobre quem é o pai, na página 94 do romance, e sobre que o pai menciona a morte, na página 85 –, é possível perceber que, enquanto o narrador conta sobre sua visita ao pai e a conversa que têm – em que mais o pai fala e se explica e cita coisas e perspectivas de vida –, há silenciamentos e certo cuidado em revelar episódios e perspectivas em relação ao que de fato ocorreu de traumático na vida desses dois homens. É possível que o narrador reflita sobre o que pode ter ocorrido com o pai, é possível que ele possa ter lido sobre os enfrentamentos que os indivíduos que lutaram contra o regime ditatorial tiveram, mas em nenhum momento ele menciona qualquer coisa.

Na página 109, lemos o narrador contar sobre a prisão do pai: “Foram buscá-lo em casa, minha mãe estava com ele [...], ela grávida de mim [...]. Meu pai teve muito medo por ela e por mim dentro da barriga [...], e meu pai saiu de casa sem dizer nada. E não voltou, durante um ano” (Saavedra, 2014). E mais adiante, o desfecho do sumiço:

Quando meu pai voltou, depois de um ano sem notícias, era como se fosse outro homem, muito magro, [...] os gestos lentos, indecisos, a voz se tornara estranhamente rouca, mas não era só isso, havia outra coisa, que minha mãe naquele primeiro momento não soube precisar, mas sentiu, uma hesitação, um olhar que o tempo todo lhe escapava. Meu pai continuava preso em algum lugar. E minha mãe soube, naquele mesmo instante, que ele nunca mais voltaria (Saavedra, 2014, p. 111).

O tempo do desaparecimento do pai é sintetizado como “[...] um ano no qual meu pai não existira e do qual jamais poderia falar. Por mais que se esforçasse, jamais

poderia falar [...]” (Saavedra, 2014, p. 118). A todo instante, entre as falas do pai com o filho, a sensação do narrador é sempre “ódio e medo” (Saavedra, 2014). Assim, o silenciamento e o trauma do pai são reflexos de algo não pronunciável, reverberados em ódio e medo por parte do filho, também possível de ser pensado como trauma, ainda que diferente do da geração anterior.

Seligmann-Silva (2003, p. 373), ao discutir sobre o testemunho das vítimas de tempos difíceis e do compromisso da literatura com o “real”, cunha como “real” – diferentemente de realidade – o trauma, “um evento que justamente resiste à representação”. Parece que o narrador desse inventário de coisas difíceis/ausentes não consegue representar o que é esse trauma, mas ele está lá, nas entrelinhas do que sente, dos silêncios e do embate com a realidade de estar diante do pai após vinte e três anos, ouvindo-o falar de seu avô, de sua mãe, de suas constatações filosóficas da vida e do que tem a criticar as ações do filho.

O inventário das coisas ausentes reforça uma escrita que não está condicionada aos eventos da ditadura militar – ainda que tudo o tempo todo esteja vinculado a esse período histórico: o silêncio sobre a prisão do pai; as perguntas sem respostas do que aconteceu com ele durante um ano de sua vida; a impossibilidade de convivência da mãe com o sujeito que retorna após da prisão e não é mais o mesmo; a morte que invade as entranhas desse homem vítima da ditadura a todo instante e não o abandona; e a prisão dele em algum lugar do qual não voltaria. A dimensão do que pode ser transformado em uma pessoa a partir do horror vivido nesse tempo de vulnerabilidade, em que os direitos humanos são totalmente negligenciados e se sobrepõe a maldade que um ser humano pode fazer a outro unicamente por divergências de ideais, está nessas evidências que o narrador traz.

A escrita da narrativa está condicionada às consequências da prisão do pai para esse filho em busca por compreender sua história em meio a tantas ausências, informações omissas e atitudes desprezíveis. Porém, estas atitudes só são desprezíveis pelo que está aprofundado no corpo, e porque a morte está agarrada ao corpo (Saavedra, 2014).

A pesquisadora Monique David-Ménard (2022), em um vasto estudo sobre os objetos e as coisas que transmitimos por meio do corpo e com o corpo, conectados às nossas experiências individuais e nossas perspectivas em relação aos conceitos e às categorias no mundo, indica que são os objetos que “[...] determinam o lugar no qual ele [o sujeito] intervém” e a configuração das coisas define “uma posição de um

sujeito” (David-Ménard, 2022, p. 24-25). Dentro da categoria dos objetos, a partir das leituras e das perspectivas que a autora apresenta, estão também as crenças, os laços sociais, ou seja, tanto o que é palpável como o não palpável, abstrato.

Essa ideia nos serve no sentido do que não é transmitido por esse pai, a ruptura com seus objetos individuais – tanto suas filosofias de vida quanto sua família, seus espaços pessoais –, que contribuiu para uma não linearidade na transmissão, causando a lacuna, o bloqueio. São essas faltas – a brincadeira e as conversas de pai e filho que não continuaram, o exemplo de rotina do pai inexistente para o filho, o afeto do patriarca para com sua família etc. – que permeiam a constituição da identidade do narrador. Por essas razões, a escolha pela solidão, pelo não confronto com o passado moldam o narrador e, de certa maneira, o conduzem para a escrita. Há uma reelaboração da vida vivida na constituição da narrativa, que é a própria estética da escrita, composta por memórias em fragmentos.

Em relação a isso, Heineberg (2020, p. 11) então aponta para as narrativas dos sujeitos da segunda geração da ditadura como sendo uma estética dos filhos, pois:

Ao restituírem esses traços do passado na escrita, a geração dos filhos está consciente das armadilhas da memória infantil, das narrativas de segunda mão e da carga projetiva das imagens e dos objetos. Essas questões ganham mais importância do que os fatos em si, que já entraram para história.

A autora nos faz perceber que são as projeções, a representação dos objetos – no caso do narrador do inventário, são os efeitos e os significados das anotações, dos diários de Nina, dos bilhetes – e as expectativas em relação a uma vivência com o pai e/ou com a mãe que ganham mais força nestas narrativas do que os fatos históricos conhecidos sobre a ditadura militar. O passado vivido pela geração dos filhos pode se compor de algum evento na prisão, como os exemplos relatados no documentário *Filhos da ditadura* (2016), porém está bastante carregado da ausência dos pais ao longo da infância e, muitas vezes, também depois. Essa ausência, portanto, é a marca das narrativas dos filhos e compõe a estética do texto.

De modo similar, a narradora de *Azul corvo* direciona o mote de sua narrativa para a busca em compreender o que aconteceu com sua mãe, com seu pai verdadeiro e ainda com seu pai adotivo no regime militar. As lacunas existentes na vida dela são preenchidas de algum modo pela rememoração de acontecimentos por parte do pai

adotivo, que de algum modo conseguem colocar sentido na sequência dos anos de sua vida. Mais do que os fatos enfim pouco a pouco contados pelo pai adotivo, a busca da própria constituição identitária é o objetivo da construção da escrita.

Em *Azul corvo*, tem-se uma divisão em quinze capítulos, nomeados de forma intercalada com títulos em português, inglês, latim e espanhol, e a narrativa é contada a partir de uma jovem de 22 anos, que desde os 13 fora residir em Lakewood, Colorado, nos Estados Unidos, ressurgida para um pai adotivo, Fernando, que precisou se exilar após a Guerrilha do Araguaia. O texto começa a partir do momento em que Evangelina, a narradora, passa a morar nos Estados Unidos e retorna gradativamente no tempo, passando pelos doze meses durante os quais preparou a mala e esperou um telefonema de Fernando após o contato com ele dizendo do desejo de viajar do Rio de Janeiro para encontrá-lo.

Evangelina aprendera espanhol e inglês com a mãe, que tinha morado no Texas com o pai geólogo – após a morte de sua mãe, avó de Evangelina – e no Novo México – depois de romper com o pai. Foi lá, em Albuquerque, que Evangelina nasceu, e, quando tinha dois anos de idade, a mãe voltou ao Brasil, para Copacabana. Por conta destes fatos, a questão da linguagem e da diferença cultural não foi problema para ela.

A narrativa se desenrola durante o tempo em que Evangelina vive nos Estados Unidos, um tempo de lembranças que vêm e voltam, motivadas também pelos objetos que levou na mala. Assim, por exemplo, um par de sapatos dados pela tia Elisa, com quem viveu após a morte da mãe, fazem-na contar a história de Elisa, dos avós e das relações familiares. A cada período, o encontro com o objeto no armário remete à sequência das lembranças mencionadas anteriormente em torno de quem está ligado àquele objeto. Com a convivência com Fernando, os capítulos passam a incluir histórias e fatos relacionados a ele, que começa a contar de si e falar do que viveu e experienciou. Então, a partir do terceiro capítulo, leem-se retornos ao passado de Fernando, e passa-se a saber sobre sua relação com o Pará, São João do Araguaia, “com a política” e “com os comunistas” (Lisboa, 2010, p. 63).

Fernando conta também sobre eventos históricos dos governos militares, tais como “as perfurações no subsolo oceânico e as outras monumentalidades”, a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, além de outras menções ao governo Médici (Lisboa, 2010, p. 68). A sensação para Evangelina “Era como se Fernando e eu viéssemos de países distintos” (Lisboa, 2010, p. 68). Neste mesmo capítulo, o terceiro, lê-se sobre

a morte da mãe de Evangelina, acometida por uma doença, a ida da menina para morar com a tia e a repentina busca por Fernando, ex-marido da mãe, com quem fora casada por seis anos, antes dela nascer: “Não era uma aventura. Não eram férias nem diversão nem passatempo nem mudança de ares, eu ia para os Estados Unidos me hospedar com Fernando com um objetivo bem específico em mente: procurar meu pai” (Lisboa, 2010, p. 88). Passar pela fiscalização não foi difícil, já que

Oficialmente, Fernando era meu pai e meu guardião. Quando minha mãe engravidou de meu pai de verdade, um americano, sumiu da vida dele, e quando eu nasci ela telefonou do Novo México para o Fernando, seu ex-marido, que vivia num estado ao norte e seis horas de carro dali, no Colorado (Lisboa, 2010, p. 92).

Na busca de Evangelina por seu pai, cuja identidade e paradeiro foram silenciados durante o tempo em que a mãe esteve viva, Fernando falou dos companheiros no Araguaia, das delações, das doenças, das faltas de comida, de assistência, de amparo governamental para aquele lugar. Assim, Evangelina soube de Fernando mais do que sua mãe no tempo em que conviveu com ele: “Você contou para minha mãe o que aconteceu com você na época em que foi embora do Brasil? [...] Alguma coisa, ele respondeu, não tudo” (Lisboa, 2010, p. 203).

A partir da pergunta de Fernando “Você quer que eu te conte as coisas que não contei à sua mãe?” (Lisboa, 2010, p. 243), é possível então saber quais são os silenciamentos que esse homem guardou por ter feito parte de um grupo de guerrilheiros e ter atuado junto a outros sujeitos por uma luta em prol de uma mudança política no país. “Fiquei calada e escutei. Durante um bom tempo, só escutei. Nunca perguntei ao Fernando por que ele resolveu falar, naquela noite. Se por acaso resolveu indenizar minha mãe pelo que não tinha contado a ela contando-o à filha dela” (Lisboa, 2010, p. 243).

Então, ao final do livro, após 248 páginas, o leitor se depara com a fuga de Fernando quando então o destacamento do Araguaia foi encontrado pelos militares: “Mateiro habilidoso que era, encontrou seu caminho para fora dali, para longe dali, para longe de tudo, de si mesmo inclusive” (Lisboa, 2010, p. 248). As dores guardadas em relação aos companheiros abandonados, e o silêncio em relação ao fato de ter deixado a operação para não ser morto são puxados da memória depois de tanto tempo para enfim ecoarem como palavras que formam uma versão pessoal de uma história nunca contada.

O confronto pessoal de Fernando consigo mesmo ocorre durante o confronto de Evangelina com os fatos de sua primeira infância, quando ela já tinha 14 anos: ela encontra a avó paterna, visita a casa onde viveu nos primeiros dois anos de vida, e sabe que o pai mora na África. Depois disso, Evangelina visita o pai duas ou três vezes, ele a vê em uma ida a trabalho aos Estados Unidos, e Fernando morre: “Eu o enterrei, um ex-Fernando debaixo do chão. E junto com ele, sua ex-vida, suas ex-memórias que, por mais que ele compartilhasse, seriam sempre e somente suas e de mais ninguém” (Lisboa, 2010, p. 294).

Vale destacar que os elementos históricos contados a partir da ótica de Fernando – e que compõem o livro enquanto texto inserido numa literatura pós-memorial escrita depois dos anos 2000 –, alguém que aos 36 anos deixou o Brasil e rememora o trauma quando está com 50 anos, não possuem a carga das escritas documentais e nem a dureza e crueza do real dos romances escritos durante o período da ditadura ou no pós-imediate. Para Sarlo (2007), o narrado é diferente do vivido, no sentido das muitas vezes em que o fato foi reelaborado; para Fernando, a reelaboração pode ter sido mentalmente, e depois pelo contando para Evangelina, sendo que algo se perde, algo se acrescenta, e algo se percebe de outra forma pela maturidade que se apreende com o passar da vida e do tempo.

Ao buscar outras pesquisas relacionadas ao corpus literário desta análise, cita-se o texto “Memória, Trauma e Imigração na Narrativa de Filiação *Azul corvo*, de Adriana Lisboa” (2021), de Margareth Torres de Alencar Costa, em cujo texto aponta para uma obra autoficcional que trata do “trauma, da memória” e da “volta ao passado da infância”, na qual “o ser fragmentado busca construir sua identidade através do resgate da memória e ao mesmo tempo curar o trauma sofrido, todas as recordações mostram as marcas da subjetividade”. Costa (2021) discute principalmente sobre o gênero da obra de Adriana Lisboa e não se detém exponencialmente sobre a questão do trauma e da memória, mas aponta que o texto apresenta “[...] marcas da bastardização, do trauma, da melancolia, do sofrimento familiar e da solidão”.

A partir de Costa (2021) é válido pensar no trauma em *Azul corvo* pela perspectiva da vida de Fernando, e amplia-se a ideia da ausência para todos os demais personagens: a mãe cuja mãe morreu e depois deixou de conviver com o próprio pai, o “pai verdadeiro” que não sabe da existência da filha, o pai adotivo que apenas registrou no nascimento e não conviveu com a filha, e a filha cuja mãe morre e empreende uma busca pelo “pai verdadeiro” e uma convivência com o pai adotivo.

Pelos esquecimentos de afetos e pelos silenciamentos, reconstruindo traços e fatos do passado, também a partir de fragmentos que se revelam em memórias lineares e/ou descontínuas, Evangelina transcreve sua história e contribui para um conjunto de textos que se compreende como uma estética dos filhos.

A pesquisadora Patricia Mariz Cruz (2019), no texto “Memórias de família: a construção da identidade e a ausência paterna em *Azul corvo*, de Adriana Lisboa, *Mar azul*, de Paloma Vidal, e *O inventário das coisas ausentes*, de Carola Saavedra”, discute sobre a relação dos personagens com seus pais. A autora aponta para a herança desses filhos, relacionada à ditadura, e como a ausência paterna repercutiu na memória e foi constituinte da identidade desses filhos. A discussão apresentada por Cruz (2019) contribui para a análise ora empreendida, mas avançamos no sentido de apresentar uma categoria literária que está em construção após os anos 2020, com a proposta da estética dos filhos, de Ilana Heineberg (2020), e da narrativa e literatura dos filhos, de Teresa Basile (2022), entre outros.

Ainda que os textos apresentem narradores de gêneros diferentes, um filho e uma filha, pontua-se a questão da escrita pós-memorial e a perspectiva de pensar a geração diretamente afetada pela ditadura e como isso interferiu na segunda geração. Tem-se uma diferença de idade de ambos, objetivos diversos de confronto com os pais – o narrador é chamado pelo pai para uma visita a fim de uma última conversa já que a morte se aproxima; a narradora decide, ela própria, ir ao encontro do pai adotivo após a morte da mãe, a fim de procurar o “pai verdadeiro” (Lisboa, 2010) –, locais distintos de atuação na luta revolucionária durante a ditadura militar, para citar alguns elementos dos textos, mas isso não diminui ou invalida a análise ora apresentada. Tais temáticas podem ser discutidas e ampliadas em outras análises, mas não as priorizamos aqui para o debate que ora fazemos.

Considerações finais

A análise que essa literatura escrita pelos filhos da ditadura, denominados por Heineberg (2020) como a “geração pós-memorial”, permite-nos fazer remete à inquietação com a memória do que ficou desse período obscuro na história brasileira e, podemos incluir, latino-americana – pensando nas ditaduras nos países vizinhos também, que foram responsáveis pelo exílio de muitos sujeitos no Brasil, que hoje também são parte dos autores que escrevem sobre essa pós-memória.

Além disso, como houve uma preocupação do estado – durante um governo de esquerda, de uma presidenta do Brasil que foi vítima da ditadura – em criar a CNV e documentar o regime ditatorial, por meio da história oral e de registros compilados em dossiê, a literatura da geração dos filhos busca dar conta de trazer a pauta do trauma transgeracional. As dores, os silêncios e os enfrentamentos da ditadura não tiveram fim com as indenizações que o estado pagou a vítimas ou familiares de vítimas, ou com os dossiês entregues pela CNV, mas reverberam enquanto houver alguém que possa ter sofrido, direta ou indiretamente, com os traumas provocados pelo regime opressor. Assim, a literatura pós-memorial também dá conta do trauma transgeracional que esse período de vulnerabilidade trouxe para toda uma segunda geração de sujeitos cujas identidades são compostas por silenciamentos, dores, faltas que não podem ser preenchidas nem com o texto escrito.

As narrativas se constroem a partir de pontos de vistas precários, que buscam de alguma maneira preencher as lacunas das memórias familiares e, por tabela, da história oficial acerca dos desaparecidos e daqueles que morreram, muitas vezes se suicidando, com a dor de ter sido violentado de uma forma que é impossível falar, como o pai do narrador em *O inventário das coisas ausentes* e o pai adotivo da narradora de *Azul corvo*, que não falava sobre como fora parar nos Estados Unidos. A construção de uma identidade possível em meio a tantas inconstâncias e desconhecimentos norteia a escrita de ambos os narradores, configurando uma estética que se compõe na própria essência do texto: são os silêncios e as ausências mais do que a presença de pessoas e objetos e lembranças palpáveis que moldam os indivíduos; é a presença da ausência e da lacuna que permeia o ato de contar e escrever.

Referências

ARAÚJO, Aracele. **Brincando com Babuskas**: a metaficção em Flores Azuis e O Inventário Das Coisas Ausentes, de Carola Saavedra. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2015.

BASILE, Teresa; GONZÁLEZ, Cecilia. Las posmemorias en acto. *In*: BASILE, Teresa; GONZÁLEZ, Cecilia (Eds.). **Las posmemorias**: perspectivas latinoamericanas y europeas. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación; Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2022. doi:10.24215/978-950-34-2104-8

COSTA, Margareth Torres de Alencar. Memória, trauma e imigração na narrativa de *Filiação Azul corvo*, de Adriana Lisboa. **International Journal of Development Research**, v. 11, n. 02, p. 44343-44345, 2021.

CRUZ, Patricia Mariz. Memórias de família: a construção da identidade e a ausência paterna em *Azul corvo*, de Adriana Lisboa, *Mar azul*, de Paloma Vidal, e *O inventário das coisas ausentes*, de Carola Saavedra. **Revista Fórum Lit. Bras. Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 77-102, jul.-dez. 2019.

DAVID-MÉNARD, Monique. **A vontade das coisas**: o animismo e os objetos. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FILHOS DA DITADURA. Direção de Emanuelle Menezes. Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2016. Documentário.

HEINEBERG, Ilana. Exílio da ditadura na ficção brasileira da geração pós-memorial: a perspectiva e a estética dos filhos. **Estud. lit. bras. contemp.**, Brasília, n. 60, e6006, 2020.

LISBOA, Adriana. **Azul corvo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005.

MASCARENHAS, Tatiana de Aquino. Herança e trauma: representações da ditadura e da pós-ditadura na narrativa chilena contemporânea. **Anais do II Seminário História & Literatura**: Incursões pelos bosques da ficção (módulo online) [E-book]. São Paulo: FFLCH, 2021.

REDAÇÃO. A Ditadura Militar, contada pela literatura brasileira. **Revista Úrsula**, 01/04/2022. Disponível em <https://revistaursula.com.br/curadoria/a-ditadura-militar-contada-pela-literatura-brasileira/>. Acesso em 06 set. 2024.

REIS, Marina. **Identidade e pertencimento em Azul-Corvo de Adriana Lisboa**. Institutionen för spanska, portugisiska och latinamerikastudier. Stockholms Universitet, 2015. Disponível em <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:848981/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em 16 set. 2024.

SAAVEDRA, Carola. **O inventário das coisas ausentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SALGUEIRO, Wilberth. Filhos de presos políticos no Brasil: a arte de elaborar um passado que não passa. In: BASILE, Teresa; GONZÁLEZ, Cecilia (Eds.). **Las posmemorias**: perspectivas latinoamericanas y europeas. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación; Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2022. doi:10.24215/978-950-34-2104-8.

SELLIGMAN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2022.

VIVIAN, Ilse. O inventário das coisas ausentes: memória, diáspora e descolonização na literatura brasileira contemporânea. **ANTARES**: Letras e Humanidades, Caxias do Sul, v. 11, n. 22, jan./abr. 2019.

WASSMANSDORF, Marina Lis. Ditadura argentina em foco: a problemática das filhas e filhos de repressores por Teresa Basile. **Fronteiras**: Revista de História, vol. 22, núm. 40, 2020.